

RELATÓRIO DA PLENÁRIA NACIONAL DA FENASPS



Data: 11 de março de 2018

Local: sala 11 do Hotel Nacional, em Brasília

Presentes: 100 delegados (as) e 42 observadores (as)

Estados presentes: CE – GO/TO - ES - MA - MG - MT - PA - PI - PR - RJ - RN - RS - SC - SP e Oposição do Distrito Federal.

Pauta: 1) Informes: Audiências, Reunião Ampliada do Fonasefe (dias 3 e 4/2), Encontros Estaduais e Nacional dos Assistentes Sociais, Reforma da Previdência;; Atos: paralisações e Greves do dia 19/2 e Capesaúde e Plano de Saúde/GEAP; 2) Informes Estaduais; 3) Análise de Conjuntura; 4) Analisar e deliberar a respeito de propostas de modificações estatutárias apresentadas pela Assessoria Jurídica Nacional da Federação, necessárias à perfeita adequação do Estatuto da entidade à legislação civil aplicável; 5) Apresentação e Aprovação das Resoluções dos Encontro Nacional dos Peculistas (9/3) e Encontros Setoriais realizados no dia 10/3; 6) Plano de Lutas; 7) Assuntos Gerais.

1. ANÁLISE DE CONJUNTURA

Diante da conjuntura adversa de um governo corrupto e golpista, que destruiu os direitos trabalhistas, acelerou o desmonte dos serviços públicos congelando gastos públicos e os salários dos servidores por 20 anos. E apesar da corrupção expressada na distribuição de bilhões de reais em emendas parlamentares para comprar votos no congresso, não conseguiu aprovar a PEC 287 da contrarreforma da Previdência. No entanto, perderam apenas uma batalha, pois, esta guerra está longe de terminar, e ao longo do próximo período vamos enfrentar ataques sem precedentes para desempenhar as atribuições e atender à população nas unidades de trabalho. Todas as ações de enfrentamento aos ataques vão se confrontar com o processo eleitoral de 2018. Portanto, a plenária da FENASPS aprovou resolução para encaminhar aos candidatos que defendem as reivindicações dos trabalhadores para serem apresentadas como plataforma nos debates que ocorreram.

É importante que as resoluções aprovadas na Plenária sejam discutidas na base dos sindicatos para os setores da esquerda fazerem a defesa dos direitos e conquistas da classe trabalhadora na plataforma de luta contra o capital.

2. RESOLUÇÕES DA PLENÁRIA:

1. Solicitar a reversão das reformas trabalhistas, Emenda Constitucional (EC) nº 95 e as terceirizações;
2. Reversão de todas as privatizações;
3. Imediata suspensão da anistia fiscal às multinacionais que vão explorar o pré-sal;
4. Fortalecer a luta para barrar a Contrarreforma da Previdência para retirar direitos;
5. Contra o Desmonte dos Serviços Públicos;
6. Reforma Agrária sob controle dos trabalhadores;
7. Cobrança das dívidas de todos os sonegadores à Previdência: impostos e dívidas dos latifundiários;
8. Fortalecer a luta dos servidores Federais na Campanha salarial 2018;
9. Prisão e expropriação dos bens de todos os corruptos;
10. Auditoria da Dívida Pública e suspensão do pagamento dos juros;
11. Abaixo a Intervenção Militar no Estado do Rio de Janeiro! Todo apoio à população do Estado, contra toda forma de opressão;



3. RESOLUÇÕES SOBRE AS QUESTÕES DO PLANO DE CARGOS E CARREIRAS:

Foi apresentada uma proposta para parecer jurídico visando transformar os cargos do Seguro Social em cargos de nível superior. Proposta apresentada no encontro setorial, mas não discutida por solicitação do proponente e levada direto à Plenária Nacional. Como não houve acordo, foram feitas duas defesas e em seguida a votação, e, por maioria dos votos dos delegados presentes, com abstenções e declaração de votos, a mesma não foi aprovada.

Em seguida foi aprovado:

1. Convocar reunião em caráter de urgência os integrantes do Grupo de Trabalho do Seguro Social para aprofundar estudos sobre as consequências do projeto INSS Digital/Trabalho, bem as dificuldades encontradas pelos servidores, para subsidiar as discussões e as negociações sobre a carreira do Seguro Social.
2. Instalação do Grupo de Trabalho da Fenasps para discussão da Carreira, cargos e salários, com objetivo de resgatar e atualizar a proposta já existente, para apresentar a governo no processo de campanha salarial, com prazo máximo de até 90 dias.

4. RESOLUÇÃO APROVADA: ALTERAÇÕES, CONFORME O CÓDIGO CIVIL, NO ESTATUTO DA FENASPS:

Aos 11 dias do mês de março, de dois mil e dezoito, reuniram-se os Delegados e Observadores à Plenária Nacional da FENASPS - Assembleia Geral, convocada na forma do art. 19 e seguintes do Estatuto da Federação, instância esta que, por delegação expressa e excepcional do XV Congresso Nacional da FENASPS, recebeu a atribuição de promover alterações estatutárias voltadas ao perfeito atendimento às exigências contidas no Código Civil brasileiro, bem assim outras modificações de redação sugeridas pela Assessoria Jurídica Nacional da Federação (AJN), desde que não modifiquem o sentido e objetivo dos respectivos dispositivos. Neste sentido, a AJN apresentou estudo detalhado sobre o Estatuto, que foi previamente submetido à Diretoria Executiva Nacional da Federação e às forças políticas que compuseram as chapas inscritas ao XV CONFENASPS, chegando-se ao texto final, que é então submetido a esta Plenária para a devida apreciação, servindo esta Resolução para indicar sua aprovação total, já que representa o resultado de um consenso em torno dos textos apresentados.

5. RESOLUÇÕES DO ENCONTRO NACIONAL DOS PECULISTAS – realizado dia 9/3

1. Devido ao superávit existente, reativação dos empréstimos A e B com juros abaixo do mercado;
2. Inclusão de outras doenças além da AIDS, tais como: câncer, diabetes, doenças degenerativas e outras para recebimento em vida, sem deságio;

3. Garantia de recebimento do valor remanescente, para aqueles que por algum motivo tenham sido excluídos do Plano ou retorno ao Pecúlio se optarem;
4. Retirada de 50% do montante aportado ficando o restante para ser retirado pelos dependentes por ocasião do falecimento do peculista;
5. Que todos os peculistas acima de 80 anos possam receber o pecúlio em vida sem deságio;
6. Pagamento dos valores excedentes das reservas (superávit) toda vez que houver, para os próprios peculistas - em espécie;
7. Que seja criado um banco de dados sobre todas as situações dos peculistas para informação em tempo hábil;
8. Alteração no Regulamento do plano da Fundação Viva, retirando a obrigatoriedade de filiação a uma instituidora, pagando valores que não serão revertidos aos peculistas;
9. Que Conselho Deliberativo da Fundação Viva de Previdência solicite estudo viabilizando pagamento dos valores dos peculistas cancelados, que solicitaram a desfiliação, que faleceram e todos os outros que por alguma razão deixaram valores depositados no Pecúlio Facultativo;
10. Que o Conselho Deliberativo solicite estudo viabilizando plano melhor do que o *Vivaprev*;
11. Que o Conselho Deliberativo solicite estudo viabilizando proposta de aumento do AFA, de 20% para 50% do Plano de Pecúlio Facultativo (PPF), contemplando os já aposentados que receberam os 20%;
12. Que o Conselho Deliberativo solicite estudo viabilizando a liberação total do Pecúlio Proporcional em Vida (PPV) para os aposentados pelas doenças isentas de Imposto de Renda (IRPF) e os portadores de doenças sem solução terapêutica, além da revisão do PPV (para redução da idade e/ou do deságio);



13. Que o Conselho Deliberativo solicite estudo viabilizando proposta de criação de novos produtos atrativos para captação e novos participantes (ativos e inativos) para o Fundo de Pecúlio;

14. Que a Fundação Viva propicie a todo o peculista o conhecimento do novo plano;
15. Que a Fundação encaminhe notícia mensal aos peculistas que possuem MSN, e-mail ou outra forma de mídia sobre a fundação e, via correio, para os que não possuem nenhuma destas outras formas.

6. MOÇÕES:

6.1. MOÇÃO DE REPÚDIO AO SECRETÁRIO DE SAÚDE DE PORTO ALEGRE - INTERVENÇÃO NO CMS

Os Conselheiros indicados pelo SINDISPREV/RS e das entidades de trabalhadores repudiam veementemente a forma autoritária com que o Secretário Municipal de Saúde de Porto Alegre, Erno Harzheim, interveio no dia primeiro de março de 2018, no Conselho municipal de Saúde proibindo que as reuniões continuem acontecendo nas dependências da Secretaria Municipal, local onde sempre foram feitas, proibindo que os funcionários municipais participem das reuniões dos Conselhos Municipal e Distritais. Os Conselheiros presentes na reunião, deixaram o local e continuaram a reunião na rua, onde reafirmaram a importância do Conselho como órgão de controle social.

6.2. MOÇÃO DE REPÚDIO AO SECRETÁRIO DE SAÚDE DE PORTO ALEGRE - DESMONTE HPV

O SINDISPREV/RS denuncia o desmonte que o Secretário Municipal de Saúde de Porto Alegre Erno Harzheim está promovendo no Hospital materno Infantil Presidente Vargas onde há falta de material, medicação e condições precárias para o atendimento à população. É explícita e notória a intenção do Prefeito municipal, Nelson Marchezan Júnior, de precarizar o atendimento e desmontar o hospital sem a menor preocupação com o atendimento ao cidadão, prerrogativa esta da Constituição Federal, para privatizar e vender a área de grande valor imobiliário para as empresas de Construção.

6.3. MOÇÃO DE REPÚDIO AO GOVERNO FEDERAL - MINISTRO DO TRABALHO – MODERNIZAÇÃO

O SINDISPREV/RS denuncia a forma com que o Governo Federal vem tratando o Ministério do Trabalho sem nenhuma preocupação com os direitos dos trabalhadores e as condições de trabalho a que estão submetidos os servidores deste Ministério. Com a aprovação da nova legislação Trabalhista, o governo, numa disputa de poder, deixa o Ministério acéfalo e os servidores em total insegurança.

6.4. MOÇÃO DE REPÚDIO CONTRA A INGERÊNCIA E OS ATAQUES AOS TRABALHADORES DO INSS

Os trabalhadores do Seguro Social, Seguridade Social e Anvisa, reunidos na Plenária Nacional da Fenasps em 11 de março de 2018, repudiam veementemente a ingerência praticada pela Associação Nacional dos Médicos Peritos (ANMP) no INSS em prol de seus interesses corporativos contrários aos interesses da população e dos trabalhadores do INSS. Os trabalhadores reunidos na referida plenária também repudiam, com igual veemência, os ataques em que recentemente os diretores da entidade mencionada proferem aos trabalhadores do INSS, inclusive com ameaças em áudios que circularam nas mídias sociais. Não aceitaremos ataques passivamente e estaremos denunciando o ocorrido nos diversos órgãos públicos em defesa dos servidores e da população.

Nenhum direito a menos! Só a luta muda a vida

6.5. MOÇÃO DE REPÚDIO À INTERVENÇÃO MILITAR NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

A FENASPS – Federação Nacional dos Sindicatos de Trabalhadores em Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social – repudia veementemente a metodologia empregada pelas Forças Armadas em tal missão.

Como por exemplo, citamos o massacre de jovens, em sua maioria pobres e negros, nas diversas comunidades da cidade do Rio de Janeiro, tanto na cidade do Rio de Janeiro quanto em sua Região Metropolitana, onde houve a participação da força especial do Exército Brasileiro (“Os Fantasmas”) em crimes cujos laudos periciais até hoje o Ministério Público Federal (MPF) não teve acesso.

Entendemos que a maior violência é aquela praticada pela omissão do Estado ao longo dos anos, desamparando nossas comunidades das periferias das grandes cidades, negando-lhes o direito à educação, saúde, moradia digna, lazer, cultura e trabalho. Sendo assim, vulnerabilizando nossos jovens ao conjunto de ações efetuadas pelas organizações criminosas, vinculadas aos tráficos de armas e drogas.

Pugnamos que o Estado brasileiro reveja suas políticas de segurança pública e investimentos sociais, no sentido de tornar-se presente em tais áreas, com a aplicação dos recursos recuperados da corrupção e das previsões constitucionais em favor das comunidades que ora sofrem com a ausência ou implementação equivocada da política de Estado e a opressão do crime organizado.

Anexos: Propostas do Encontro do Seguro Social e da Seguridade Social aprovadas na Plenária.

Brasília, 12 de março de 2018.

Diretoria Colegiada da FENASPS.